

□ Orçamento

Para governo, ajuste será de 4,9% do PIB

ARMANDO MENDES

BRASÍLIA — O secretário nacional de Planejamento do Ministério da Economia, Marcos Gianetti Fonseca, afirmou ontem que o governo poderá suportar quase metade do ajuste fiscal de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) que o Plano Collor quer realizar este ano. “Não é verdade que a contribuição do setor público ao ajuste seja de apenas 0,5% do PIB, como vem sendo divulgado pela imprensa”, disse.

Somente a reforma administrativa, informou o secretário, já será responsável por 0,5%. Ele estima que o governo terá ainda um ganho de 2,2% do PIB com a privatização de empresas, 1,75% com a redução dos encargos da dívida pública e 0,5% com a reforma patrimonial. No total, seriam 4,95% do PIB.

“Há outros ganhos ainda que não podem ser atribuídos a um ou outro setor, mas a todos igualmente, a partir da queda da inflação e da mudança do meio ambiente econômico”, afirmou o secretário. O resultado do esforço fiscal de 10% do PIB, para um déficit potencial estimado em 8%, deverá resultar no superávit de 2% anunciado como meta do governo para 90 pela ministra Zélia Cardoso de Mello.

Marcos Fonseca prevê a necessidade de o governo gerar superávit por mais um ou dois anos, por causa do “histórico de déficits acumulados” da economia brasileira. A meta para o ano que vem, já prevista no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviado nesta semana ao Congresso, é de um supe-

ravit de pelo menos 1% do PIB — inferior ao de 90, portanto. “Esperamos ter um folga um pouco maior para os investimentos em 1991”, disse o secretário.

APERTO

Para cumprir a parte do governo federal na realização desses superávits — que devem incluir ainda as contas dos Estados e municípios e das empresas estatais — a Secretaria de Planejamento vai propor até o final de julho uma revisão do Orçamento Geral da União deste ano, na qual ficarão aparentes os cortes de gastos do governo, disse Fonseca. Para 1991, a LDO prevê um aperto inédito no endividamento público e grandes restrições aos gastos de custeio e pagamento de pessoal.

Entre outras medidas, a LDO proíbe a contratação de funcionários, limita as despesas com pessoal e custeio no ano que vem ao mesmo valor real das despesas deste ano e autoriza a emissão de títulos apenas para a rolagem do principal da dívida pública e da dívida externa das estatais, obrigando o governo e suas empresas a pagar os juros com receitas tributárias ou da venda de bens e serviços.

Outra medida de contenção de gastos, que deverá provocar grande reação do Congresso, é a proibição de refinanciamentos, pelo governo federal, das dívidas externas de Estados e municípios com aval da União a vencer em 91. O senador José Richa, (PSDB-PR), escolhido ontem como relator do projeto da LDO, prometeu incluir em seu parecer uma maior redução nos gastos da administração federal.